

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Outubro/2021

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE RORAIMA

III Concurso para Ingresso na Carreira de Defensor(a) Público(a) Substituto(a)

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 004

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-004

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA ESCRITA OBJETIVA (P1)

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A verdadeira eloquência consiste em dizer tudo o que é necessário, sem dizer mais que o necessário.

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100. Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto, régua ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impresso não permitido ou máquina calculadora ou similar.
- A duração da prova é de 5 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva o material recebido para conferência.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Constitucional**

1. Dentro do controle repressivo realizado pelo Poder Legislativo, em se tratando de decreto presidencial ou lei delegada, compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo Federal que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação legislativa. Para isso, o Congresso Nacional edita
- (A) despacho suspensivo.
 - (B) decreto legislativo.
 - (C) deliberação suspensiva.
 - (D) lei federal.
 - (E) lei complementar federal.
-
2. São características do poder constituinte derivado reformador:
- (A) Encontrar previsão nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
 - (B) Acarretar reforma do texto constitucional apenas após cinco anos da promulgação.
 - (C) Acarretar uma verificação do texto constitucional.
 - (D) Criar, por parte dos entes federados, sua própria Constituição.
 - (E) Ser o responsável pela ampliação ou modificação do texto constitucional.
-
3. Dentre os princípios de interpretação constitucional, aquele que indica a necessidade de se dar preferência aos critérios de interpretação que favoreçam a integração política e social e o reforço da unidade política é chamado de princípio
- (A) da harmonização integrativa.
 - (B) da concordância prática.
 - (C) do efeito integrador.
 - (D) da máxima efetividade.
 - (E) da conformidade funcional.
-
4. A modificação constitucional em que não há vontade de alterar o texto, mas é reflexo da sociedade sobre a qual este incide, é conhecida como
- (A) reforma constitucional.
 - (B) concordância prática constitucional.
 - (C) revisão constitucional.
 - (D) mutação constitucional.
 - (E) interpretação constitucional.
-
5. O princípio do desenvolvimento sustentável abrange em seu conceito os pilares
- (A) ambiental, econômico, geracional.
 - (B) econômico, geracional e de sustentabilidade.
 - (C) social, ambiental e geracional.
 - (D) social, econômico e ambiental.
 - (E) geracional, social e de sustentabilidade.
-
6. Antônio teve decretadas em seu desfavor interceptações telefônicas pela autoridade judicial competente para investigação de fato certo, tipificado como crime apenado com reclusão. No curso dessa diligência, foram descobertas outras infrações penais, revelando outros autores e partícipes. Sobre esse caso concreto, os Tribunais Superiores entendem que a prova emprestada
- (A) é amplamente admitida, desde que garantidos o contraditório e a ampla defesa.
 - (B) não é admitida, salvo se os fatos novos ou autores já estiverem incluídos em procedimento em curso.
 - (C) não é admitida em razão de, nesta parte, ter sido obtida por meio ilícito.
 - (D) é admitida, pois relativa a crime conexo praticado pelo mesmo averiguado interceptado.
 - (E) é admitida, quando se tratar de outro fato e as partes forem coincidentes.
-
7. São consideradas finalidades básicas do princípio da indissolubilidade do Estado Federativo a
- (A) não secessão e a necessidade de coexistência harmoniosa.
 - (B) normatização interna própria e a autonomia relativa.
 - (C) capacidade de auto-organização e a soberania relativa.
 - (D) soberania mitigada e a repartição territorial.
 - (E) unidade nacional e a necessidade descentralizadora.



8. Dentre os princípios das relações internacionais há aquele que surgiu como consequência natural do processo de descolonização, ganhando impulso nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial e que garante o livre desenvolvimento econômico, social e cultural de nosso País. Trata-se do princípio
- (A) da não intervenção estrangeira.
 - (B) da igualdade e independência entre os povos.
 - (C) do fortalecimento da autonomia interna.
 - (D) da prevalência dos direitos humanos.
 - (E) da autodeterminação dos povos.
-
9. A ruptura da segurança pública, conforme previsão constitucional,
- (A) não autoriza a decretação do Estado de Defesa, mas permite a restrição de alguns direitos fundamentais.
 - (B) autoriza a decretação do Estado de Defesa.
 - (C) autoriza a decretação do Estado de Defesa, com tão-somente a restrição da mobilidade urbana, se necessário.
 - (D) não autoriza a decretação do Estado de Defesa.
 - (E) autoriza o Estado de Defesa, desde que não haja qualquer restrição a direitos fundamentais.
-
10. Segundo a Constituição Federal, a política agrícola, que será planejada e executada na forma da lei, com a participação do setor de produção, envolvendo produtores e trabalhadores rurais, bem como dos setores de comercialização, de armazenamento e de transportes, levará em conta, especialmente, os preceitos, dentre outros, do
- (A) fortalecimento do seguro agrícola e do dividendo de lucros.
 - (B) fomento ao sistema de habitação para o trabalhador rural e da participação sobre lucros e aquisições materiais.
 - (C) incentivo à pesquisa e à tecnologia e do livre comércio.
 - (D) cooperativismo e dos preços compatíveis com os custos de produção e a garantia da comercialização.
 - (E) instrumento creditício e fiscal e do uso racional da propriedade.

Direito Administrativo

11. A modalidade de licitação aplicada a situações específicas e com duração limitada à conclusão de eventos é conhecida como
- (A) tomada de preços.
 - (B) regime diferenciado de contratação.
 - (C) concurso excepcional.
 - (D) pregão.
 - (E) regime extraordinário de concorrência.
-
12. Ao exigir uma planta para licenciamento de construção pelo particular, o poder de Polícia da Administração Pública demonstra ser uma atividade
- (A) de obrigação de fazer.
 - (B) material.
 - (C) negativa.
 - (D) positiva.
 - (E) mista.
-
13. A servidão administrativa
- (A) dispensa registro, se decorrente diretamente de lei, porque o ônus se constitui no momento em que a lei é promulgada.
 - (B) não pode gravar bens de domínio público, pois não se pode estabelecer uma relação de sujeição sobre essa modalidade de bem.
 - (C) é forma de limitação do Estado à propriedade privada que se caracteriza pela utilização transitória.
 - (D) será extinta, em regra, por acordo entre o Poder Público e o proprietário do prédio serviente por tempo limitado.
 - (E) sempre acarretará indenização ao proprietário do imóvel serviente, haja vista que limitará seu direito à fruição do bem.
-
14. Determinado ato administrativo está viciado em razão de não ter sido praticado por pessoa de qualquer modo investida em cargo, emprego ou função, não possuindo, portanto, atribuições próprias de agente público. O vício identificado está relacionado
- (A) ao motivo, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de usurpação de função.
 - (B) ao sujeito, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.
 - (C) à forma, na categoria de incapacidade, tratando-se de caso de função de fato.
 - (D) ao sujeito, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de usurpação de função.
 - (E) à incapacidade, na categoria de incompetência, tratando-se de caso de abuso de poder.



15. No campo do controle da Administração Pública, quanto aos recursos administrativos a
- (A) solicitação de perdão administrativo é aquele dirigido à autoridade de outro órgão não integrado na mesma hierarquia daquele que proferiu o ato, com a finalidade de tornar sem efeito penalidade anteriormente aplicada ao administrado.
 - (B) retificação hierárquica é aquela apresentada pelo interessado, atingido pelo ato administrativo, para que o superior hierárquico do departamento que o emitiu faça cessar os efeitos por ele causados ao administrado.
 - (C) revisão é o recurso pelo qual o interessado requer o reexame do ato à própria autoridade que o emitiu.
 - (D) pedido de reconsideração é o pedido de reexame do ato administrativo dirigido à autoridade superior a que proferiu o ato, visando sua alteração e restabelecimento do *status quo*.
 - (E) reclamação administrativa é o ato pelo qual o administrado, seja particular ou servidor público, deduz uma pretensão perante a Administração Pública, visando obter o reconhecimento de um direito ou a correção de um ato que lhe cause lesão ou ameaça de lesão.
-
16. A exoneração, hipótese de vacância, que acarreta a destituição do servidor de cargo, emprego ou função, tem como característica tratar-se de medida aplicável
- (A) apenas *ex officio* pela autoridade imediatamente superior ao agente público.
 - (B) com efeito de desligamento do agente dos quadros do funcionalismo, após constatação de sua incapacidade por laudo médico.
 - (C) quando o servidor toma posse, mas não entra em exercício no prazo estabelecido.
 - (D) quando o servidor comete ato ilícito, independente de aplicação de penalidade.
 - (E) em decorrência de penalidade imposta após procedimento disciplinar regular.
-
17. Tratando-se de processo administrativo disciplinar e seus sistemas, o de jurisdição moderada é aquele cuja
- (A) apuração se dá por colegiado, que realiza a conclusão e aplica a penalidade de acordo com o grau de indisciplina constatado.
 - (B) decisão cabe a um juiz, enquanto que a apuração e relatório final descritivo é realizada por órgão interno à Administração.
 - (C) conduta disciplinar é exercida pelo superior hierárquico, que detém tal poder para aplicação de faltas leves.
 - (D) apuração é feita por órgãos, com função opinativa, sendo a pena aplicada por superior hierárquico.
 - (E) decisão cabe a um órgão judicial, segundo o determinado por procedimento jurisdicional misto.
-
18. São considerados bens de uso especial aqueles que são do domínio público e
- (A) comportam função patrimonial ou financeira, porque se destinam a assegurar rendas, como atividade da Administração.
 - (B) são utilizados por particular com restrições, como pagamento de pedágio ou autorização para circulação de veículos especiais.
 - (C) constituem patrimônio da União, Estados ou Municípios, como objeto de direito pessoal ou real de cada um.
 - (D) podem, por determinação legal ou por sua natureza, ser utilizados por todos em igualdade de condições, sem necessidade de consentimento individualizado pela Administração.
 - (E) constituem coisas móveis ou imóveis, corpóreas ou incorpóreas, utilizadas pela Administração Pública para a realização de suas atividades e consecução de seus fins.

Direito Penal

19. O princípio da bagatela imprópria
- (A) é reconhecido pelo Superior Tribunal de Justiça em casos de violência doméstica e familiar contra mulher.
 - (B) é aplicado, diante da ausência de previsão legal, por analogia o instituto do arrependimento posterior, com a redução da pena de um terço a dois terços.
 - (C) permite que o julgador deixe de aplicar a pena em razão desta ter se tornado desnecessária.
 - (D) pressupõe para sua aplicação a existência de infração bagatelar própria.
 - (E) possui reflexos na dosimetria da pena, como circunstância atenuante da pena.
-
20. A pena de multa
- (A) constitui dívida de valor e deve ser cobrada pela Fazenda Pública, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) pode ser cobrada mediante desconto no vencimento ou salário do condenado.
 - (C) consiste no pagamento de indenização à vítima e é calculada em dias-multa.
 - (D) só pode ser convertida em pena privativa de liberdade se comprovado que o condenado tem condições de pagá-la, mas não o faz, garantido o devido processo legal.
 - (E) deve ser aplicada cumulativamente à pena privativa de liberdade, vedada sua aplicação isoladamente.



21. A prescrição
- (A) da pretensão executória não recebe influência da reincidência em sua contagem de prazo.
 - (B) é incabível em caso de medida de segurança em razão da periculosidade do agente.
 - (C) em caso de crime continuado regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
 - (D) da pretensão punitiva corre sempre que pendentes embargos de declaração ou recursos aos Tribunais Superiores.
 - (E) em caso de revogação do livramento condicional é regulada por todo o tempo da pena.
-
22. As penas restritivas de direitos
- (A) de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas são aplicáveis às condenações superiores a 1 (um) ano de privação de liberdade, desde que a pena seja de detenção.
 - (B) deverão ser obrigatoriamente convertidas em pena privativa de liberdade se sobrevier nova condenação dessa espécie por outro crime.
 - (C) são aplicáveis ao reincidente específico, desde que a medida seja socialmente recomendável.
 - (D) substituem as penas privativas de liberdade quando estas não superam seis anos em caso de réu idoso.
 - (E) prescrevem no mesmo prazo previsto para as penas privativas de liberdade que substituem.
-
23. O delito de estelionato
- (A) cometido contra idoso ou vulnerável tem a pena aumentada de um sexto a dois terços.
 - (B) mediante fraude eletrônica é punido com pena de 4 a 8 anos.
 - (C) com o advento da Lei Anticrime (Lei nº 13.964 de 2019) passou a depender sempre de representação.
 - (D) na figura privilegiada, embora sem previsão legal, aplica-se nos casos em que a pessoa acusada é primária e de pequeno valor o prejuízo.
 - (E) absorve o falso toda vez que utilizado para sua prática, sendo incabível o concurso entre os dois delitos.
-
24. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a atenuante da confissão espontânea
- (A) incide mesmo diante do fato de haver sido qualificada.
 - (B) pode ser compensada com a agravante da reincidência, desde que esta não seja específica.
 - (C) exige, no delito de tráfico de drogas, apenas a admissão de posse ou propriedade para uso próprio.
 - (D) é cabível de forma extrajudicial, desde que não haja retratação em juízo.
 - (E) é incabível caso tenha sido parcial.
-
25. Conforme o ditado popular, "achado não é roubado". De acordo com o Direito Penal brasileiro, é correto afirmar que a pessoa que acha coisa alheia perdida e dela se apropria pratica
- (A) o delito de apropriação de coisa havida por erro.
 - (B) o delito de apropriação de coisa achada apenas se o agente deixar de restituir o bem ao dono ou legítimo possuidor ou de entregá-lo à autoridade competente dentro do prazo de 15 (quinze) dias.
 - (C) fato atípico.
 - (D) o delito de apropriação indébita.
 - (E) o delito de furto.
-
26. Sobre o regime de cumprimento de pena, é correto afirmar que
- (A) é possível a fixação de regime aberto a réus reincidentes nos casos que caracterizem insignificância.
 - (B) a pena de detenção deve ser cumprida no regime aberto.
 - (C) o tempo de prisão provisória será computado para fins de determinação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade, salvo o tempo de internação.
 - (D) os delitos considerados hediondos admitem a imposição de regime mais severo do que o previsto segundo a pena aplicada.
 - (E) a determinação do regime inicial de cumprimento de pena independe da análise das circunstâncias judiciais.
-
27. João foi condenado por tráfico de drogas. Sua pena-base foi exasperada ao fundamento de que ele possui personalidade voltada para o crime. A valoração negativa da personalidade de João é expressão do Direito Penal
- (A) Periférico.
 - (B) Clássico.
 - (C) do Autor.
 - (D) do Fato.
 - (E) Nuclear.



28. João e Mário se ajustaram previamente para subtrair, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo, bens do interior da residência das vítimas Ana e Bianca. João desejava apenas subtrair os bens para pagar dívidas. No decorrer do assalto, Mário desferiu tiros em Ana que lhe causaram a morte. No caso de condenação, deverão ser aplicadas a João as penas do delito de
- (A) latrocínio culposo.
 - (B) roubo majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma de fogo, com aumento até a metade caso fosse previsível o resultado mais grave.
 - (C) latrocínio, apenas se fosse previsível o resultado mais grave.
 - (D) latrocínio, pois João agiu com dolo eventual.
 - (E) latrocínio, com a diminuição de pena de um sexto a dois terços.

Direito Processual Penal

29. Em relação às prisões processuais e medidas cautelares diversas da prisão:
- (A) Em respeito ao sistema acusatório vigente no país, é vedada a atuação de ofício do juiz em matéria de prisão preventiva, seja para decretá-la ou revogá-la.
 - (B) Após a entrada em vigor do "Pacote Anticrime", admite-se a decretação de prisão preventiva como decorrência imediata do recebimento da denúncia, caso a acusação seja relacionada a crimes hediondos.
 - (C) Denomina-se flagrante presumido a hipótese em que o agente é perseguido, logo após a prática do fato delituoso, em situação que faça presumir ser autor da infração.
 - (D) É possível a concessão de fiança ao acusado pela prática do crime de roubo em concurso de agentes, mas é inafiançável o delito de roubo cometido com restrição de liberdade da vítima.
 - (E) Cessado o prazo contido no mandado de prisão temporária, deve ser aberta vista imediata ao Ministério Público para se manifestar sobre a continuidade ou não da medida.
30. A Polícia Civil de Roraima iniciou investigação contra Mário e Mariano diante de indícios de participarem ativamente do tráfico de drogas na região central de Boa Vista. Em meio à investigação, o Delegado responsável entendeu pertinente a interceptação telefônica dos réus. Após manifestação favorável do Ministério Público estadual, tal medida foi deferida pelo magistrado competente, de forma motivada e pelo prazo de 15 dias, findo o qual as interceptações foram imediatamente cessadas. Todavia, ao produzir o relatório, a Polícia Civil mencionou que dos 15 dias de interceptação, 05 deles foram excluídos sumariamente pela própria equipe policial da base do sistema, por não interessar ao caso. O Ministério Público, então, ofereceu denúncia contra Mário e Mariano, por tráfico de drogas e associação para o tráfico, referindo-se a alguns trechos da interceptação realizada. Devidamente citados, iniciou-se o prazo para resposta à acusação, na qual a Defensoria Pública deve alegar a ilicitude da prova obtida através da interceptação telefônica e o que dela derivou,
- (A) haja vista quebra da cadeia de custódia.
 - (B) diante da impossibilidade de tal medida ser decretada de ofício pelo juiz.
 - (C) devido ao período de interceptação ser maior do que permitido em lei.
 - (D) pois incabível no delito investigado.
 - (E) diante da ausência de contraditório prévio à sua decretação.

31. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, o recurso cabível contra decisão judicial que recusa a homologação do acordo de colaboração premiada é
- (A) o recurso em sentido estrito, com a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, dada a ausência de previsão legal.
 - (B) a carta testemunhável, sem possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, haja vista expressa disposição legal.
 - (C) a apelação, sem possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, haja vista expressa disposição legal.
 - (D) o recurso em sentido estrito, sem possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, haja vista expressa disposição legal.
 - (E) a apelação, com a possibilidade de aplicação do princípio da fungibilidade, dada a ausência de previsão legal.

32. Sobre o acordo de não persecução penal e a suspensão condicional do processo:
- (A) O descumprimento do acordo de não persecução penal não poderá ser usado como justificativa para posterior não oferecimento de suspensão condicional do processo no mesmo processo.
 - (B) Podem ser oferecidos na ação penal pública incondicionada, na ação penal pública condicionada à representação e na ação penal privada.
 - (C) Possuem os mesmos requisitos legais, embora distinto o momento processual em que propostos.
 - (D) Caso cumpridas as obrigações convencionadas, o juiz absolverá o réu, no caso da suspensão condicional do processo, ou extinguirá sua punibilidade, no caso do acordo de não persecução penal.
 - (E) Exigem a confissão formal e circunstanciada da prática da infração penal pelo investigado, sem a necessidade de apontar eventuais coautores.



33. São direitos do preso expressamente previstos na Lei de Execução Penal
- (A) Previdência Social e visita íntima homoafetiva.
 - (B) banho de sol de pelo menos 6 horas e constituição de pecúlio.
 - (C) chamamento numérico e igualdade de tratamento.
 - (D) obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva se relacionar.
 - (E) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo e alimentação suficiente.
-
34. Sobre o Tribunal do Júri:
- (A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, é possível rasurar trecho ínfimo da sentença de pronúncia para afastar eventual nulidade decorrente de excesso de linguagem.
 - (B) A pronúncia não interromperá a prescrição caso seja operada a desclassificação do crime pelo Tribunal do Júri.
 - (C) A plenitude de defesa constitucionalmente afeta ao Júri possui o mesmo sentido prático da ampla defesa destinada aos acusados de crimes em geral.
 - (D) Os jurados, na valoração da prova e definição da autoria e materialidade, estão subordinados ao sistema do livre convencimento motivado.
 - (E) A competência constitucional do Júri engloba o julgamento dos crimes dolosos contra a vida, entre os quais estão o homicídio qualificado, o aborto e o latrocínio.
-
35. A revelia no Processo Penal
- (A) torna desnecessária a intimação do acusado para a prática dos atos processuais posteriores e da sentença judicial proferida.
 - (B) mantém intacto o ônus probatório a cargo da acusação.
 - (C) tem como consequência lógica a presunção de veracidade dos fatos trazidos na inicial acusatória.
 - (D) não ocorre quando o réu é defendido pela Defensoria Pública, diante de sua hipossuficiência técnica e financeira.
 - (E) é causa automática de decretação da prisão preventiva, diante do descumprimento da obrigação de comparecer a todos os atos judiciais.
-
36. A competência no Processo Penal será definida pela conexão objetiva ou teleológica
- (A) quando duas ou mais pessoas forem acusadas da mesma infração penal.
 - (B) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas por várias pessoas, umas contra as outras.
 - (C) se, no mesmo caso, duas ou mais infrações houverem sido umas praticadas para facilitar ou ocultar as outras, ou para conseguir impunidade ou vantagem em relação a qualquer delas.
 - (D) quando a prova de uma infração ou de qualquer de suas circunstâncias elementares influir na prova de outra infração.
 - (E) se, ocorrendo duas ou mais infrações, houverem sido praticadas, ao mesmo tempo, por várias pessoas em concurso, embora diverso o tempo e o lugar.
-
37. Incumbe ao serviço de assistência social da unidade prisional
- (A) orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, vedado contato com a vítima.
 - (B) garantir a liberdade de culto.
 - (C) elaborar planos para segurança prisional.
 - (D) colaborar com o egresso para obtenção de trabalho.
 - (E) requerer a saída temporária para visita à família.
-
38. O regime disciplinar diferenciado
- (A) foi inspirado na política de *supermax* estadunidense e comprovou ter sido eficaz no desmantelamento do crime organizado.
 - (B) tem duração máxima de 2 anos, sem prejuízo de renovações justificadas pelo mesmo fato.
 - (C) é incabível para presos provisórios, pois é sanção típica de cumprimento de pena.
 - (D) constitui típica medida de direito penal de emergência.
 - (E) é sanção cabível apenas para condenados por crime hediondo ou equiparado.

Direito Civil

39. De acordo com a Lei nº 10.216/2001, a internação
- (A) é tratamento que não depende da tentativa de adoção de recursos extra-hospitalares.
 - (B) de pacientes com transtornos mentais em instituições asilares é permitida, desde que não haja vaga no estabelecimento adequado.
 - (C) compulsória é vedada pelo ordenamento jurídico porque não atende aos direitos da pessoa com transtorno mental.
 - (D) é modalidade de tratamento que visa a reinserção social do paciente em seu meio.
 - (E) involuntária é aquela determinada pelo órgão jurisdicional competente.



40. Joana, solteira, faleceu e deixou dois filhos maiores, Gabriel e Vítor. Joana tinha apenas um imóvel de sua propriedade e nele morava com Vítor, um de seus filhos. Logo após o seu falecimento, Gabriel sentiu-se incomodado pelo uso exclusivo do imóvel por Vítor, motivo pelo qual resolveu procurar a Defensoria Pública para compreender quais direitos possui sobre o bem. Nesse caso,
- (A) Vítor e Gabriel exercem composses indivisível do imóvel até a partilha, por força do princípio de *saisine*, podendo cada um exercer sobre ela atos possessórios, contanto que não excluam os dos outros compossuidores.
 - (B) as eventuais benfeitorias realizadas por Vítor no imóvel durante a época em que morava com a genitora não poderão ser ressarcidas pelo espólio.
 - (C) ainda que oferecida oposição por parte de Gabriel, a posse direta exercida exclusivamente pelo herdeiro Vítor após o falecimento da genitora configura posse *ad usucapionem*.
 - (D) uma vez que à época do falecimento a posse direta do bem era exercida por Vítor, não é cabível o manejo de ações possessórias por Gabriel.
 - (E) enquanto perdurar a situação de composses indivisível entre herdeiros, não se admite o arbitramento de aluguéis em favor do herdeiro que usufruir exclusivamente do bem.
-
41. Ana Lúcia é casada com Mário sob o regime de comunhão parcial de bens. Após Ana Lúcia manifestar a intenção de se divorciar, Mário passou a esconder de Ana Lúcia informações sobre o orçamento familiar e tentou realizar vendas e doações dos bens comuns como forma de frustrar eventual partilha na ação judicial. Sem acesso ao orçamento e à documentação dos imóveis, Ana Lúcia não sabia quais bens eram comuns, os eventuais valores recebidos por Mário a título de aluguéis dos bens, bem como acreditava que a maior parte dos bens estava em nome apenas de Mário, embora adquiridos na constância da união. Considerando a situação narrada,
- (A) Ana Lúcia já está protegida pela necessidade de outorga uxória para a venda dos bens comuns, de modo que desnecessário qualquer pedido de urgência em relação aos bens em seu favor.
 - (B) não cabe nenhuma medida antes da efetiva partilha dos bens, de modo que eventual venda irregular por parte de Mário será resolvida com perdas e danos.
 - (C) a questão não pode ser enquadrada na Lei Maria da Penha como violência patrimonial, pois esta ocorre somente no caso de detenção ou subtração de objetos, instrumentos de trabalho, documentos, valores e bens da mulher.
 - (D) é cabível postular medida protetiva de urgência em favor de Ana Lúcia com pedido de proibição temporária de celebração de atos e contratos de compra e venda dos bens comuns.
 - (E) as medidas protetivas previstas em favor da mulher vítima de violência doméstica e familiar são taxativas, de modo que o pedido de proibição temporária de celebração de contratos de compra e venda dos bens comuns é incabível, pois não está previsto na Lei Maria da Penha.
-
42. Avalie as situações sob a ótica do Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado no período de pandemia do coronavírus (Lei nº 14.010/2020):
- I. Os prazos prescricionais foram suspensos a partir da entrada em vigor da Lei até 30 de outubro de 2020.
 - II. A obrigação alimentar tornou-se inexigível em relação ao alimentante até 30 de outubro de 2020.
 - III. Os prazos para aquisição de propriedade imobiliária ou mobiliária, nas diversas modalidades de usucapião, não foram suspensos.
 - IV. A impossibilidade de cumprimento de liminar de despejo em ação judicial por falta de pagamento de aluguéis vigorou até dia 30 de outubro de 2020.
 - V. A possibilidade de realização de assembleia condominial para votação do orçamento de despesas por meio virtual vigorou até 30 de outubro de 2020.
- Está correto o que se afirma em
- (A) III, IV e V, apenas.
 - (B) I, IV e V, apenas.
 - (C) I, II e III, apenas.
 - (D) I, II, III, IV e V.
 - (E) II, III e IV, apenas.
-
43. João, criança de 10 anos, está sob a guarda unilateral de fato de Luana, sua mãe. O pai está desempregado e havia sido condenado ao pagamento de alimentos no valor de 20% do salário mínimo. Há meses o pai não está contribuindo com o sustento do filho, motivo pelo qual Luana resolveu ajuizar ação de alimentos em face dos avós. Nesse caso, a obrigação alimentar dos avós
- (A) paternos é solidária em relação ao genitor de Lucas, contudo a obrigação em relação aos ascendentes maternos é divisível.
 - (B) é de natureza indenizatória, motivo pelo qual é vedada a prisão civil diante da falta de pagamento.
 - (C) é complementar e subsidiária em relação aos pais, somente se configurando no caso de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento por estes.
 - (D) é complementar e solidária entre os avós, podendo ser acionado qualquer um dos quatro ascendentes a prestar alimentos ao neto.
 - (E) não depende da impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento da obrigação por parte dos pais, uma vez que os alimentos são fixados de acordo com as possibilidades dos ascendentes.



44. De acordo com o regime jurídico do direito falimentar em vigência:
- (A) A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica a suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.
 - (B) Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, desde que já vencidos.
 - (C) As deliberações da assembleia-geral de credores previstas na Lei de Falências não poderão ser substituídas pela comprovação da adesão de credores que representem mais da metade do valor dos créditos sujeitos à recuperação judicial.
 - (D) É permitida a extensão da falência ou de seus efeitos, no todo ou em parte, aos sócios de responsabilidade limitada, aos controladores e aos administradores da sociedade falida, para além da desconsideração da personalidade jurídica.
 - (E) A conciliação e a mediação deverão ser incentivadas em qualquer grau de jurisdição, podendo a solução consensual versar, dentre outros assuntos, sobre a natureza jurídica e a classificação de créditos, bem como sobre critérios de votação em assembleia geral de credores.

45. Observe trechos da ementa que segue: [...]. *É consectário direto dos deveres conexos à boa-fé o encargo de que a parte a quem a perda aproveita não se mantenha inerte diante da possibilidade de agravamento desnecessário do próprio dano, na esperança de se ressarcir posteriormente com uma ação indenizatória, comportamento esse que afronta, a toda evidência, os deveres de cooperação e de eticidade* (STJ. REsp 1325862/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/09/2013, DJe 10/12/2013).

A figura da boa-fé objetiva em evidência trata de violação

- (A) à *suppresio*.
- (B) ao comportamento contraditório.
- (C) ao adimplemento substancial.
- (D) ao dever de mitigar suas próprias perdas.
- (E) à repressão às condutas de má-fé.

46. Considere as asserções I e II abaixo:

- I. Aplica-se a lei brasileira quanto aos impedimentos dirimentes e às formalidades da celebração de casamento de estrangeiros realizado no Brasil.

PORQUE

- II. A aplicação das regras sobre direitos de família são determinados pela lei do país onde foi realizado o casamento.

A respeito de tais asserções, é correto:

- (A) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
- (B) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- (C) As asserções I e II são proposições falsas.
- (D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
- (E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

47. O ato-fato jurídico pode ser conceituado como

- (A) qualquer estipulação de consequências jurídicas, realizada por sujeitos de direito no âmbito do exercício da autonomia da vontade.
- (B) ato causador de prejuízo, seja patrimonial, físico ou moral, a outrem.
- (C) todo o acontecimento de origem natural ou humana que gere consequências jurídicas.
- (D) todo o ato lícito que tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.
- (E) o evento que, embora oriundo de uma ação ou omissão humana, produz efeitos na órbita jurídica, independentemente da vontade de os produzir.

48. Paulo alugou um quiosque em um centro comercial na cidade de Boa Vista-RR, em janeiro de 2018, pelo valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) mensais, além de pagamento de verbas condominiais e outras despesas. Com a pandemia, o centro comercial permaneceu fechado por vários meses, em razão de restrições sanitárias impostas pelas autoridades responsáveis. Durante todo esse tempo, Paulo não pôde explorar comercialmente o ponto e ficou sem qualquer renda que auferia da atividade desenvolvida no local e ficou inadimplente com o valor dos aluguéis e demais despesas. Em tal situação, Paulo

- (A) deverá alegar a aplicação do princípio da conservação contratual, da obrigatoriedade das disposições contratuais.
- (B) deve se valer das normas protetivas do consumidor, diante de sua hipossuficiência, pois somente desta forma terá proteção contra as circunstâncias imprevistas e a onerosidade excessiva.
- (C) poderá alegar a teoria da imprevisão, situação em que caberá somente o pedido de revisão dos termos contratuais, mas não a resolução do contrato.
- (D) não poderá pleitear a revisão dos termos contratuais, pois não se aplicam ao caso as normas de proteção ao consumidor.
- (E) poderá alegar a onerosidade excessiva, para pleitear a resolução ou revisão dos termos contratuais, mesmo que não seja o caso de aplicação das regras de proteção ao consumidor.

**Direito Processual Civil**

49. A respeito da atuação da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis*, considere as seguintes asserções e a relação proposta entre elas:
- I. A intervenção da Defensoria Pública como *custos vulnerabilis* se dá pela Instituição em nome próprio e em razão de seu interesse institucional.

PORQUE

- II. Submetida ao mesmo regime jurídico do *amicus curiae*, que, em regra, não está autorizado a interpor recursos.

A respeito de tais asserções, é correto:

- (A) A asserção I é uma proposição verdadeira, a II é uma proposição falsa, e a II não é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são proposições falsas.
(C) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.
(D) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(E) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

50. A defensora pública titular de Bonfim-RR observou em seus atendimentos a ocorrência de multiplicidade de demandas com a mesma controvérsia acerca de questão exclusivamente de direito. Refletindo estrategicamente sobre qual medida jurídica adotar, a defensora pública decidiu por pedir a instauração de incidente de resolução de demandas jurídicas repetitivas perante o Tribunal de Justiça de Roraima, de forma a resolver a questão de maneira coletivizada. Assim,

- (A) eventual julgamento de mérito do incidente poderá ser objeto de recurso extraordinário por parte da Defensoria Pública, a qual deverá demonstrar a existência de repercussão geral acerca de questão constitucional discutida no incidente, a fim de que seja apreciado pelo Supremo Tribunal Federal.
(B) a tese jurídica firmada a partir do julgamento não se aplica aos processos coletivos, mas somente aos processos individuais que versem sobre situação de direito idêntica e que tenham sido suspensos pelo pedido de instauração, alcançando inclusive aqueles em trâmite nos juizados especiais do Estado de Roraima.
(C) a tese jurídica firmada a partir do julgamento do incidente aplica-se a todos os processos individuais e coletivos que versem sobre a mesma questão de direito e que tramitem sob a jurisdição do Tribunal de Justiça de Roraima.
(D) o incidente de resolução de demandas jurídicas repetitivas não deve ser instaurado no presente caso, pois a Defensoria Pública não é parte legítima para postular a instauração deste incidente.
(E) a tese jurídica firmada a partir do julgamento do incidente aplica-se aos processos individuais que versem sobre a mesma questão de direito e que tramitam sob a jurisdição do Tribunal de Justiça de Roraima, excluindo-se os processos coletivos, pois submetidos a regime diverso em relação à coisa julgada.

51. O Código de Processo Civil prevê atuação da Defensoria Pública sob a forma de curadoria especial em favor de:

- I. Réu revel, citado pessoalmente.
II. Réu revel, citado por hora certa, enquanto não for constituído advogado/a.
III. Réu citado por edital, ainda que tenha constituído advogado/a.
IV. Pessoa incapaz que, embora tenha representante legal, apresente colidência de interesses com este.
V. Réu revel, em cumprimento de pena privativa de liberdade, se não constituir advogado/a.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
(B) II, III e V.
(C) II, IV e V.
(D) I, II e III.
(E) I, IV e V.

52. Ana, representada pela Defensoria Pública, ajuizou ação de divórcio em face de Cláudio cumulada com pedido de guarda e alimentos em favor dos filhos. Cláudio, em contestação, concordou com o pedido de divórcio, porém impugnou o pedido de guarda unilateral, bem como o valor pedido a título de alimentos. Considerando a situação, o juiz

- (A) poderá proferir julgamento antecipado do mérito em relação ao pedido de divórcio, decisão que possui natureza jurídica de sentença, portanto, em tese, impugnável por meio de recurso de apelação.
(B) não poderá proferir julgamento antecipado parcial de mérito, uma vez que os pedidos são incindíveis e devem ser julgados em decisão única em atenção ao princípio da unirrecorribilidade recursal.
(C) não poderá proferir decisão antecipada parcial de mérito em relação ao pedido de divórcio, uma vez que, considerando a resistência do réu em relação à maioria dos pedidos, o ordenamento jurídico veda o fracionamento da decisão de mérito.
(D) poderá proferir julgamento antecipado parcial do mérito do pedido de divórcio, por se tratar de matéria incontroversa, bem como em razão do direito material envolvido, que não demanda produção de provas, prosseguindo-se a controvérsia em relação aos demais pedidos.
(E) poderá proferir julgamento antecipado do mérito em relação ao divórcio somente se houver pedido expresso das partes, pois o ordenamento jurídico veda decisões de ofício, em razão do princípio dispositivo, ainda que seja matéria sobre a qual ambas as partes tenham se manifestado.



53. A Defensoria Pública do Estado de Roraima, por seu órgão de atuação em exercício na Comarca de Boa Vista, deseja ajuizar ação de obrigação de fazer contra o Estado de Roraima, para obter tratamento médico, no valor de 50 salários mínimos. Considerando que há Vara da Fazenda Pública e Juizado Especial da Fazenda Pública instalados na Comarca, a ação
- (A) deve ser necessariamente proposta perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, cuja competência é absoluta.
 - (B) deve ser necessariamente proposta perante a Vara da Fazenda Pública da Justiça Comum, pois a matéria discutida está expressamente excluída pela lei da competência dos juizados especiais.
 - (C) deve ser proposta perante a Vara da Fazenda Pública da Justiça Comum, a não ser que a parte renuncie ao valor que excede ao teto legal das causas dos juizados especiais.
 - (D) pode ser proposta tanto perante o Juizado Especial da Fazenda Pública, como na Vara da Fazenda Pública da Justiça Comum, tratando-se de escolha a critério da parte.
 - (E) deve ser proposta necessariamente perante a Vara da Fazenda Pública da Justiça Comum, diante do valor superior ao teto dos juizados especiais.
-
54. Lúcia procurou a Defensoria Pública de Rorainópolis para ajuizamento de ação de divórcio com partilha de bens. Lúcia passou na avaliação financeira realizada pela Defensoria e informou que não tinha acesso a nenhum dos bens móveis e imóveis adquiridos na constância do casamento, todos em poder do marido, cuja avaliação girava em torno de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais). Ao ajuizar a ação, a Defensoria Pública pediu a gratuidade de custas, por se tratar de mulher hipossuficiente. Lúcia é operadora de caixa de supermercado e o salário declarado em sua carteira de trabalho é de um salário-mínimo. Considerando o futuro proveito econômico a ser auferido por Lúcia, o juiz da Vara Única de Rorainópolis indeferiu a gratuidade, contudo, determinou que as custas e demais despesas pudessem ser recolhidas ao final pela requerente. Contra a decisão, a Defensoria Pública opôs embargos de declaração, que não foram acolhidos pelo juiz. Diante da situação, caberá
- (A) agravo retido porque não há necessidade de exame imediato da matéria impugnada, ficando sujeita a apreciação pelo Tribunal de Justiça de Roraima por ocasião do recurso de apelação.
 - (B) mandado de segurança com objetivo de impugnar decisão interlocutória sobre a qual não há previsão de recurso típico pelo ordenamento jurídico processual.
 - (C) agravo de instrumento em face da decisão interlocutória proferida pelo juízo de Vara Única de Rorainópolis, necessariamente com pedido de tutela antecipada recursal considerando a gravidade e urgência da situação.
 - (D) somente impugnação por meio de preliminar em apelação, uma vez que o agravo de instrumento tem cabimento taxativo e a decisão a ser impugnada não consta do rol do art. 1.015, do Código de Processo Civil.
 - (E) agravo de instrumento em face da decisão interlocutória proferida pelo juízo de Vara Única de Rorainópolis, contudo, sem necessidade do pedido de tutela antecipada recursal porque a decisão determinou o recolhimento de custas somente ao final.
-
55. Em relação à ação popular, a Defensoria Pública
- (A) não detém legitimidade para ajuizamento desta ação constitucional, mas nada impede que atue em favor de qualquer pessoa, independente de sua nacionalidade, que resida no território brasileiro.
 - (B) detém legitimidade para atuar em seu próprio nome como autora desta ação constitucional, mas não é cabível a sua atuação em favor de alguma pessoa que pretenda propor a ação em seu próprio nome.
 - (C) detém legitimidade tanto para atuar em seu próprio nome como autora desta ação constitucional, como para representar alguma outra pessoa que deseje propor a ação em seu próprio nome.
 - (D) não detém legitimidade para ajuizamento desta ação constitucional, mas nada impede que atue em favor de um cidadão brasileiro, desde que este esteja no pleno gozo dos seus direitos políticos.
 - (E) não detém legitimidade para ajuizamento desta ação constitucional, bem como não poderá atuar em favor de um cidadão, pois este detém capacidade postulatória para autorrepresentação.
-
56. Em relação ao disposto no Código de Processo Civil de 2015 a respeito das formas autocompositivas:
- (A) Em uma ação de família, a citação do réu deve ser acompanhada da contrafé, para viabilizar o exercício do contraditório e estimular a autocomposição.
 - (B) A atuação de um conciliador é indicada para a resolução de demandas que envolvem conflitos familiares.
 - (C) É possível a designação de audiência de conciliação ou mediação mesmo que a causa verse sobre direito indisponível.
 - (D) Caso o autor não indique expressamente seu interesse na audiência de tentativa de autocomposição, não deverá o juiz designá-la.
 - (E) Nas situações em que as partes no curso de uma demanda venham a celebrar um acordo sobre o objeto da controvérsia posta em juízo, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.
-
57. De acordo com a teoria da asserção,
- (A) a análise das condições da ação são questões de mérito e, por este motivo, deve ser feita no momento da sentença.
 - (B) a verificação de ilegitimidade passiva do réu após a produção de provas enseja a extinção do processo com resolução do mérito.
 - (C) a análise das condições da ação deve ser feita *in statu assertionis*, isto é, em conformidade com as assertivas decorrentes da prova produzida sob o crivo do contraditório.
 - (D) as condições da ação foram abolidas do Código de Processo Civil de 2015.
 - (E) as condições da ação subsistem no Código de Processo Civil de 2015, mas sob a forma de pressupostos processuais.



58. A Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 372/2021 determinou aos Tribunais a criação do Balcão Virtual, ao passo que a Resolução nº 385/2021, também do CNJ, regulamentou os Núcleos de Justiça 4.0. A respeito desses atos, observa-se que:
- (A) A opção pelos Núcleos de Justiça 4.0 deve ser realizada pelo autor no momento da distribuição da ação, mas o demandado pode se opor na primeira oportunidade de manifestação nos autos.
 - (B) Nas ações que tramitem perante os Núcleos de Justiça 4.0, o advogado tem o direito de ser recebido presencialmente no gabinete do juiz mediante prévio agendamento realizado por meio de ferramenta própria disponível no sistema.
 - (C) Os magistrados designados para os Núcleos de Justiça 4.0 devem atuar em sistema de exclusividade e em prejuízo de suas atribuições naturais, pelo período em que durar o afastamento.
 - (D) O Balcão Virtual não será implementado em unidades judiciárias localizadas em regiões do interior onde a deficiência de infraestrutura tecnológica for notória e inviabilizar o atendimento por videoconferência.
 - (E) O Balcão Virtual consiste em uma ferramenta de *online dispute resolution*, que facilita a comunicação entre as partes para a obtenção de um deslinde autocompositivo em relação ao conflito, sem a necessidade de presença física.

Direito do Consumidor

59. Patrícia foi até uma loja de materiais de construção, onde comprou uma luminária, pagando o preço à vista. Ao chegar em casa, porém, arrependeu-se da compra, pois descobriu, pela internet, anúncio de uma loja concorrente ofertando o mesmo produto por preço menor. Por isso, retornou à loja algumas horas depois no intuito de desfazer o negócio e reaver o valor pago, exibindo ao vendedor o anúncio do concorrente. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Patrícia
- (A) não poderá desistir da compra, mas cabe ao vendedor o dever de restituir a diferença do preço praticado pelo concorrente.
 - (B) poderá desistir da compra, cabendo ao vendedor o dever de conceder-lhe crédito corresponde ao valor pago, para aquisição de outros produtos da loja.
 - (C) poderá desistir da compra, cabendo ao vendedor o dever de restituir, de imediato, o valor pago por ela.
 - (D) não poderá desistir da compra, nem exigir do vendedor a restituição da diferença do preço praticado pelo concorrente.
 - (E) poderá desistir da compra, cabendo ao vendedor o dever de restituir o valor pago por ela no prazo de sete dias.
60. De acordo com a atual redação do Código de Defesa do Consumidor, entende-se por superendividamento a
- (A) situação jurídica do consumidor pessoa natural cujo patrimônio seja inferior à soma de suas dívidas de consumo, excetuadas as vincendas, nos termos da regulamentação.
 - (B) impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, excetuadas as vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
 - (C) impossibilidade manifesta de o consumidor pessoa natural, de boa-fé, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial, nos termos da regulamentação.
 - (D) impossibilidade absoluta ou relativa, manifesta ou não, de o consumidor, pessoa natural ou jurídica, pagar a totalidade de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, sem comprometer seu mínimo existencial ou a manutenção da sua atividade, nos termos da regulamentação.
 - (E) situação jurídica do consumidor, pessoa natural ou jurídica, cujo patrimônio seja inferior à soma de suas dívidas de consumo, exigíveis e vincendas, nos termos da regulamentação.
61. Na oferta de crédito ao consumidor, é
- (A) permitida a indicação de que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, exceto no caso de financiamento realizado no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação.
 - (B) vedada a indicação, expressa ou implícita, de que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito.
 - (C) permitida a indicação de que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, desde que seja realizada por meio publicitário, sem discriminar os consumidores em razão da sua renda ou patrimônio.
 - (D) permitida a indicação de que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, mesmo que seja realizada por meio publicitário, desde que não discrimine os consumidores em razão da sua renda ou patrimônio.
 - (E) permitida a indicação de que a operação de crédito poderá ser concluída sem consulta a serviços de proteção ao crédito, desde que nela também fique expresso o correspondente aumento da taxa efetiva de juros.
62. Renato comprou, por meio do *website* de uma empresa varejista, uma máquina de lavar roupa para uso doméstico. No mesmo dia em que recebeu o produto, partiu para uma viagem ao exterior, da qual regressou quatro meses depois. No mesmo dia do seu retorno ao país, ao abrir a embalagem, constatou que o painel frontal da máquina estava trincado. Imediatamente, fez reclamações, pelo telefone, tanto à empresa vendedora do produto quanto à sua fabricante, solicitando a substituição da máquina ou, subsidiariamente, o conserto gratuito da peça danificada. Nesse caso, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor,
- (A) nem a vendedora nem a fabricante têm o dever de substituir o produto, mas ambas são obrigadas a reparar a peça danificada sem custo para o consumidor.
 - (B) nem a vendedora nem a fabricante têm o dever de substituir o produto ou de reparar gratuitamente a peça danificada, dada a consumação da decadência.
 - (C) tanto a vendedora quanto a fabricante têm o dever de substituir o produto sem custo para o consumidor.
 - (D) apenas a vendedora tem o dever de substituir o produto sem custo para o consumidor.
 - (E) apenas a fabricante tem o dever de substituir o produto sem custo para o consumidor.



63. Considere as seguintes proposições acerca das ações coletivas para a defesa de interesses individuais homogêneos:
- I. Nos casos em que não for o autor da ação, o Ministério Público não atuará no processo, salvo para a defesa do interesse de incapazes.
 - II. A legitimidade para requerer a liquidação e o cumprimento da sentença compete exclusivamente à vítima do dano e aos seus sucessores.
 - III. Em caso de procedência do pedido, a condenação será genérica.
 - IV. A competência para o julgamento da ação será, em todos os casos, do foro da Capital do Estado onde ocorreu ou deva ocorrer o dano.
 - V. O cumprimento da sentença poderá ser coletivo.

De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) III e V.
- (C) IV e V.
- (D) I e II.
- (E) I e III.

Direitos Difusos e Coletivos

64. Nos termos do artigo 6º da Lei nº 8.080/1990, são ações previstas no campo de atuação do Sistema Único de Saúde (SUS) a vigilância sanitária, a vigilância epidemiológica, a saúde do trabalhador e a assistência terapêutica integral, inclusive farmacêutica. Nesse sentido, a
- (A) vigilância epidemiológica significa um conjunto de ações que proporcionam o conhecimento, a detecção ou prevenção de qualquer mudança nos fatores determinantes e condicionantes de saúde individual ou coletiva, com a finalidade de recomendar e adotar as medidas de prevenção e controle das doenças ou agravos.
 - (B) saúde do trabalhador significa um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde dos trabalhadores.
 - (C) vigilância sanitária abrange assistência às vítimas de acidentes de trabalho ou portador de doença profissional, assim como participação da normatização, fiscalização e controle das condições de produção, extração, armazenamento, transporte, distribuição e manuseio de substâncias que apresentam riscos à saúde do trabalhador.
 - (D) saúde do trabalhador abrange o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo, assim como o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde do trabalhador.
 - (E) vigilância sanitária significa um conjunto de atividades que visa à recuperação e reabilitação da saúde dos trabalhadores submetidos aos riscos e agravos advindos das condições de trabalho, abrangendo avaliação do impacto que as tecnologias provocam à saúde e revisão periódica da listagem oficial de doenças.

65. Sobre o Processo Civil Coletivo:

- (A) As multas relativas à execução de medidas liminares em sede de ação civil pública na defesa de interesses difusos ou coletivos são destinadas diretamente aos Autores ou grupo representado.
- (B) O Fundo de Defesa de Direitos Difusos está previsto expressamente no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.069/1990), passando a compor o microsistema processual de tutela coletiva.
- (C) A execução coletiva de sentença relativa à defesa de direitos individuais homogêneos pode ser realizada após 1 (um) ano do trânsito em julgado em caso de inércia dos beneficiários individuais.
- (D) O termo de compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de atribuição exclusiva do membro do Ministério Público na defesa de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, tal como o Inquérito Civil.
- (E) A Defensoria Pública possui atribuição subsidiária para a realização de termos de compromisso de ajustamento de conduta em matéria de direitos difusos.

66. Acerca do papel atribuído ao *amicus curiae* em ações coletivas:

- (A) Os *amici curiae* podem atuar apenas em ações de controle concentrado de constitucionalidade, devendo apresentar-se antes da inclusão do processo em pauta de julgamento.
- (B) Pessoas físicas podem apresentar suas contribuições ao juízo competente, desde que comprovada sua representatividade e reconhecimento na área de discussão.
- (C) É cabível o manejo dos recursos processuais cabíveis às partes pelos *amici curiae* devidamente habilitados, exceto em sede de incidente de resolução de demandas repetitivas.
- (D) Os *amici curiae* possuem legitimidade universal, sendo dispensada a comprovação de pertinência temática em sua atuação.
- (E) A petição inicial do parecer de *amicus curiae* deve ser subscrita exclusivamente pelo representante legal da entidade autorizada por Assembleia Geral.



67. Conforme dispõe expressamente a Lei nº 11.346/2006:

- (A) A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.
- (B) O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) será presidido alternadamente por representante governamental e por representante da sociedade civil, eleito pelo plenário do colegiado, sendo nomeado e designado pelo Presidente da República para um mandato de 02 (dois) anos.
- (C) O direito à segurança alimentar e nutricional consiste no acesso aos alimentos por meio da produção, em especial da agricultura tradicional e familiar, do processamento, da industrialização, da comercialização, incluindo-se a água, bem como das medidas que mitiguem o risco de escassez de água potável, da geração de emprego e da redistribuição da renda.
- (D) O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN): é integrado apenas pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA); a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional; os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; e as instituições privadas que manifestem adesão ao SISAN, respeitando seus critérios, princípios e diretrizes.
- (E) O Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) é composto por 1/2 dos representantes governamentais constituído pelos Ministros de Estado e Secretários Especiais responsáveis pelas pastas afetas à consecução da segurança alimentar e nutricional; e 1/2 de representantes da sociedade civil escolhidos a partir de critérios de indicação aprovados na Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; além de observadores.

68. No âmbito do direito urbanístico, considere os itens a seguir:

- I. O direito real de laje contempla o espaço aéreo ou o subsolo de terrenos públicos ou privados, tomados em projeção vertical, como unidade imobiliária autônoma, não contemplando as demais áreas edificadas ou não pertencentes ao proprietário da construção-base.
- II. A legitimação de posse constitui forma originária de aquisição do direito real de propriedade conferido por ato do poder público, exclusivamente no âmbito da Reurb, àquele que detiver em área pública ou possuir em área privada, como sua, unidade imobiliária com destinação urbana, integrante de núcleo urbano informal consolidado existente em 22 de dezembro de 2016.
- III. Multipropriedade é o regime de condomínio em que cada um dos proprietários de um mesmo imóvel é titular de uma fração de tempo, à qual corresponde a faculdade de uso e gozo, com exclusividade, da totalidade do imóvel, a ser exercida pelos proprietários de forma alternada.
- IV. Aquele que, até 22 de dezembro de 2016, possuiu como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área com características e finalidade urbanas, e que o utilize para sua moradia ou de sua família, tem o direito real de uso para fins de moradia em relação ao bem objeto da posse, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III e IV.
- (B) I, II e IV.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

Direitos Humanos

69. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu preâmbulo, de forma expressa,

- (A) conclama todos os povos e nações a pactuar, por tratados e convenções, compromissos de observância da Declaração.
- (B) propõe, para evitar que se repitam, o repúdio público e a sanção aos atos bárbaros que ultrajaram a consciência da humanidade.
- (C) proclama a Declaração como ideal comum a ser conquistado pelos diferentes povos em suas lutas históricas presentes e futuras.
- (D) considera legítima a rebelião contra a tirania e a opressão, desde que dentro dos limites apontados na própria Declaração.
- (E) destaca ser essencial promover o desenvolvimento de relações amistosas entre as nações e que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei.

70. O Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte

- (A) implica no compromisso do Estado signatário em não promover a extradição de pessoas para países que adotem a pena capital.
- (B) ressalva a possibilidade de aplicação da pena de morte pelo Estado-Parte apenas em crimes cometidos antes da ratificação e para os quais a pena já era prevista.
- (C) ainda pende de aprovação pelo Congresso Nacional, embora tenha sido assinado pelo Brasil.
- (D) tornou inaplicável a pena de morte no Brasil mesmo em caso de guerra declarada e foi aprovado por Decreto Legislativo com *status* de Emenda Constitucional.
- (E) teve depositado seu Instrumento de Ratificação pelo Governo brasileiro com a aposição de reserva.



71. O documento adotado na Assembleia Geral da ONU em 2015, "Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" prevê entre as metas do objetivo 1 (erradicação da pobreza), até 2030,
- (A) instituir uma agência global destinada a regulamentar e arrecadar tributos sobre transações correntes internacionais para financiar sistemas de proteção social nos países pobres.
 - (B) erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
 - (C) reduzir a exposição e a resiliência dos mais pobres a eventos extremos pela ampliação da previsibilidade e pela definição de planos de crise no âmbito internacional.
 - (D) reduzir pela metade, pelo menos, o número de adultos e em dois terços, pelo menos, o número de crianças que vivam na pobreza de acordo com as definições nacionais.
 - (E) definir consensos técnicos para a mensuração dos mínimos existenciais das populações como parâmetro para redução das desigualdades nos cenários nacionais e internacionais.
-
72. O Supremo Tribunal Federal, ao reconhecer a constitucionalidade da reserva de 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos no âmbito da administração direta e indireta, enfrentou a questão das cotas raciais em três planos de igualdade, tal como compreendida na contemporaneidade, ou seja,
- (A) formal, material e como reconhecimento.
 - (B) identitária, formal e equitativa.
 - (C) formal, substancial e como respeito.
 - (D) equitativa, material e identitária.
 - (E) como respeito, como reconhecimento e substancial.
-
73. A Convenção Americana de Direitos Humanos prevê expressamente que, quando decidir que houve violação de um direito ou liberdade nela protegidos, a Corte Interamericana de Direitos Humanos determinará, se couber, entre outras medidas,
- (A) o reconhecimento público, pelo Estado, de sua culpa pelas violações ao direito.
 - (B) o pagamento de indenização justa à parte lesada.
 - (C) a anulação da regra ou da decisão que resultou na lesão do direito.
 - (D) a persecução penal da autoridade responsável pela violação de direito.
 - (E) a expropriação da decisão interna lesiva para instância federal ou internacional.
-
74. A criação do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) está diretamente relacionada
- (A) às recomendações e conclusões da Comissão Nacional da Verdade.
 - (B) à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
 - (C) ao Comitê para Assuntos Ligados aos Direitos dos Presos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
 - (D) ao Protocolo Facultativo à Convenção das Nações Unidas contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes.
 - (E) à Convenção Interamericana para prevenir e punir a tortura.
-
75. Joaquín Herrera Flores concebe os direitos humanos como *uma convenção cultural que utilizamos para introduzir uma tensão entre os direitos reconhecidos e as práticas sociais que buscam tanto seu reconhecimento positivado, como outra forma de reconhecimento ou procedimento que garanta algo que é, ao mesmo tempo, exterior e interior a tais normas*. O conceito apresentado e seu autor estão relacionados a uma das vertentes da
- (A) hermenêutica diatópica dos direitos humanos.
 - (B) corrente evolutivo-histórica dos direitos humanos.
 - (C) fundamentação juspositivista dos direitos humanos.
 - (D) teoria crítica dos direitos humanos.
 - (E) concepção juscontratualista moderna dos direitos humanos.
-
76. A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher estabelece normas gerais de proteção dos direitos das mulheres, sendo, dentre outras, normas que
- (A) reconhecem o direito da mulher de escolher livremente o cônjuge e a obrigação dos estados signatários de estabelecer uma idade mínima para o casamento.
 - (B) preveem o estabelecimento de medidas especiais de caráter permanente destinadas a acelerar a igualdade de fato entre o homem e a mulher.
 - (C) consagram, pioneiramente, os variados direitos sexuais e reprodutivos da mulher e, de forma embrionária, o combate à violência obstétrica.
 - (D) vinculam os estados signatários na oferta de proteção eficaz e diferenciada de toda mulher contra violência sofrida nos ambientes doméstico e laboral.
 - (E) superam a noção de discriminação centrada na diferença sexual, de cunho biológico, por aquela fundada na ideia de gênero, de natureza social.



77. A Corte Interamericana de Direitos Humanos dispôs que o Estado brasileiro deve adotar, em um prazo razoável, as medidas necessárias para tipificar o delito de desaparecimento forçado de pessoas em conformidade com os parâmetros interamericanos. Tal determinação se deu ao julgar o caso
- (A) Ximenes Lopes.
 - (B) Nogueira de Carvalho e outros.
 - (C) Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde.
 - (D) Cosme Rosa Genoveva e outros.
 - (E) Gomes Lund e outros.
-
78. O Tribunal Penal Internacional
- (A) não sancionará estados ou empresas, limitando sua jurisdição a indivíduos e grupos por eles organizados para prática sistemática de crimes.
 - (B) contará com instalações próprias destinadas ao cumprimento das penas privativas de liberdade que aplicar.
 - (C) foi criado pela Convenção de Haia e tem atuação suplementar em relação às jurisdições penais nacionais.
 - (D) não integra o sistema da Organização das Nações Unidas e tem como competência julgar crimes de guerra.
 - (E) poderá autorizar, em casos excepcionais, a intervenção em conflitos armados para cessar a prática de genocídio.
-

Direito da Criança e do Adolescente

79. São despesas obrigatórias a serem realizadas com as verbas dos fundos da criança e do adolescente, segundo disposição expressa de lei federal vigente, aquelas relativas ao
- (A) patrocínio de projetos de planejamento reprodutivo, prevenção e acompanhamento da gravidez na adolescência e ao apoio a programas de proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte.
 - (B) incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda de crianças e adolescentes e ao incentivo para programas de atenção integral à primeira infância em áreas de maior carência socioeconômica.
 - (C) desenvolvimento de sistemas de informação e de avaliação no âmbito do sistema nacional de atendimento socioeducativo e à pesquisa de metodologias de escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.
 - (D) apoio a adolescentes egressos de programas de privação de liberdade e ao estímulo a projetos de orientação e acompanhamento sociofamiliar das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil na lógica de sua erradicação.
 - (E) incentivo a projetos inovadores de inclusão escolar de crianças e adolescentes com deficiência e ao apoio a crianças e adolescentes egressos de acolhimento institucional e suas famílias.
-
80. Suzana, tia-avó paterna, é guardiã de Helena, hoje com 2 anos, desde os três meses de vida. Pai e mãe são usuários de drogas, vivem em situação de rua e nunca visitaram a filha, ainda que saibam onde ela esteja. Suzana, pretendendo adotar Helena, procura a Defensoria Pública. Está correta a orientação jurídica no sentido de que
- (A) o fato de os genitores serem usuários de droga, viverem em situação de rua e não visitarem Helena são motivos que justificam, em tese, a perda do poder familiar.
 - (B) é possível Suzana pleitear a adoção de Helena, desde que elaborado e frustrado um prévio plano de atendimento, visando a promoção social dos pais.
 - (C) a lei proíbe a adoção por Suzana, tendo em vista o parentesco, mas há viabilidade, em tese, no pedido, segundo jurisprudência do STJ.
 - (D) não há óbice legal para o deferimento do pedido, mas Suzana deverá aguardar Helena completar pelo menos três anos de idade.
 - (E) a conversão da guarda em adoção não é de competência da Justiça da Infância e Juventude, por Helena se encontrar com seus direitos atendidos.
-
81. Na regulação das medidas socioeducativas, enquanto a Lei do SINASE (Lei nº 12.594/2012) prevê que
- (A) o plano individual conterà a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas na medida de semiliberdade, o Estatuto da Criança e do Adolescente dispõe que no regime de semiliberdade será permitida a realização de atividades externas a critério da autoridade judiciária.
 - (B) compete à União estabelecer diretrizes sobre a organização e funcionamento dos programas destinados ao cumprimento das medidas socioeducativas de meio aberto, o Estatuto da Criança e do Adolescente fixa a regionalização do atendimento como a primeira diretriz da política de atendimento socioeducativo.
 - (C) as medidas de proteção, quando aplicadas de forma isolada, serão executadas nos próprios autos do processo de conhecimento, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê como atribuição do Conselho Tutelar providenciar a medida de proteção estabelecida pela autoridade judiciária para o adolescente autor de ato infracional.
 - (D) a medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade será declarada extinta pela realização de sua finalidade, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, expressamente, que será extinta a prestação de serviços à comunidade sempre que cumprido o total de horas fixado na sentença.
 - (E) a reparação das consequências lesivas do ato infracional é objetivo comum a todas as medidas socioeducativas, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê que ao programa socioeducativo de obrigação de reparar o dano caberá definir, com a participação do adolescente, a melhor forma para compensar o prejuízo decorrente da infração.
-



82. As medidas de proteção, segundo a lei,
- (A) estão previstas em rol exemplificativo, ao passo que as medidas socioeducativas estão previstas em rol taxativo.
 - (B) submetem-se ao princípio legal da responsabilidade primária da família, ao passo que as medidas socioeducativas se submetem ao princípio legal da responsabilidade primária do adolescente.
 - (C) podem ser aplicadas pelo juiz, Conselho Tutelar e Ministério Público, ao passo que as medidas socioeducativas são aplicadas somente pelo juiz.
 - (D) poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ao passo que as medidas socioeducativas não admitem aplicação cumulativa.
 - (E) podem ser aplicadas a adolescentes cujo direitos foram violados pelos pais ou pelo Estado, ao passo que as medidas socioeducativas destinam-se a adolescentes com direitos violados em razão da própria conduta.
-
83. Conforme previsão de lei federal vigente, o ensino médio
- (A) pode se organizar no formato de cursos sequenciais por campo de saber, de diferentes níveis de abrangência e complexidade.
 - (B) incluirá em seus conteúdos curriculares, pelo poder público, temas relacionados à sexualidade, respeitando a diversidade de valores e crenças.
 - (C) tem como propósito estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais e prestar serviços especializados à comunidade.
 - (D) abrange diferentes itinerários formativos, a serem oferecidos de acordo com os interesses de cada estudante e as necessidades de cada sistema de ensino.
 - (E) será oferecido, por escolas públicas ou privadas, no período noturno, com os mesmos padrões de qualidade e diversidade curricular disponíveis no período diurno.
-
84. A necessidade imperiosa (I), o contexto social (II), as necessidades pedagógicas (III) e a repercussão social (IV) são, entre outros, respectivamente, segundo previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente e/ou Lei do Sinase (Lei nº 12.594/2012), critérios para
- (A) (I) proibição de saídas externas na medida de internação, (II) aplicação de medida socioeducativa com remissão, (III) cumulação de medida protetiva com medida socioeducativa e (IV) concessão de liberação provisória.
 - (B) (I) aplicação de sanção disciplinar de isolamento, (II) decretação de internação provisória, (III) revisão das medidas socioeducativas sem prazo determinado e (IV) concessão de saídas externas na medida de internação.
 - (C) (I) aplicação da medida socioeducativa de internação, (II) manutenção da apreensão em flagrante pela autoridade policial, (III) cumulação de medidas socioeducativas e (IV) concessão de remissão como forma de exclusão do processo.
 - (D) (I) decretação da internação-sanção, (II) aplicação de medida socioeducativa, (III) substituição de medida socioeducativa e (IV) decretação da internação provisória.
 - (E) (I) decretação da internação provisória, (II) concessão de remissão como forma de exclusão do processo, (III) aplicação de medida socioeducativa e (IV) manutenção da apreensão em flagrante pela autoridade policial.
-
85. Se os pais concordam com a entrega do filho em adoção, seu consentimento, segundo prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente,
- (A) permitirá o encaminhamento da criança para adoção quando esgotadas as possibilidades de colocação na família natural ou extensa.
 - (B) resultará na declaração, pelo juiz, após observadas as formalidades legais, da extinção do poder familiar.
 - (C) pode ser retratado no prazo de até 15 dias contados da ciência da sentença que determinar a busca por pretendentes cadastrados.
 - (D) depende de formalização por meio de instrumento público ou de ratificação perante a autoridade judiciária para alcançar validade jurídica.
 - (E) deve ser apresentado em audiência com presença obrigatória de advogado ou defensor, Ministério Público e integrante da equipe interprofissional.



86. A existência de vínculos de afinidade e afetividade é, segundo previsto em lei,
- (A) critério observado na apreciação do pedido de apadrinhamento afetivo.
 - (B) circunstância que impossibilita a ruptura dos vínculos fraternos.
 - (C) agravante nos crimes contra a dignidade sexual de crianças e adolescentes.
 - (D) condição necessária para o início do estágio de convivência.
 - (E) elemento que integra o conceito de família extensa.
-
87. Paulo, que ainda não alcançou a maioridade civil, é filho biológico e registral de João e Tânia. Tânia vive em união estável com Sérgio, que cria Paulo como se fosse seu filho. Sérgio deseja oficializar o vínculo de paternidade, passando a constar como pai no registro de nascimento de Paulo. Considerando a normativa vigente sobre o tema,
- (A) Sérgio deve ser orientado de que, para se tornar pai de Paulo, necessita, em qualquer caso, ajuizar ação de adoção unilateral.
 - (B) o reconhecimento extrajudicial da paternidade por Sérgio somente seria possível caso João não tivesse registrado Paulo em seu nome.
 - (C) sem a concordância expressa de João não há fundamento jurídico para Sérgio reconhecer a paternidade de Paulo.
 - (D) Sérgio tem a possibilidade de reconhecer a paternidade pela via extrajudicial, desde que Paulo tenha mais de 12 anos.
 - (E) se Paulo, João, Tânia e Sérgio concordarem, é possível a Paulo, pela via extrajudicial, trocar o nome do pai, no registro, de João para Sérgio.
-
88. Segundo disposição expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, é obrigação do programa de atendimento em regime de internação
- (A) evitar, sempre que possível, a transferência do interno para outras unidades.
 - (B) separar os internos por critérios de idade, personalidade e perfil infracional.
 - (C) promover a preparação gradativa do interno para o desligamento.
 - (D) desenvolver suas atividades em regime de coeducação.
 - (E) manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos.

Direito do Idoso

89. Após alguns episódios de esquecimento das chaves e do fogo aceso em casa, Joana procura atendimento médico especializado. Ao final de diversos exames e retornos em consultas, Joana recebe o diagnóstico de Alzheimer precoce. Preocupada em sofrer algum tipo de golpe financeiro ou mesmo ser enganada por amigos ou familiares, Joana procura a Defensoria Pública para orientação jurídica sobre como pode se precaver. Joana possui laudo multiprofissional que atesta suas capacidades mentais e sociais atuais e aponta o prognóstico de sua doença. Como responsável pelo atendimento de Joana, a melhor estratégia jurídica a ser adotada pelo/a Defensor/a Público/a, nesse momento, é a propositura de
- (A) testamento vital com a nomeação de representantes.
 - (B) ação para tomada de decisão apoiada tendo como autora Joana.
 - (C) ação de interdição civil total tendo como autora Joana.
 - (D) ação judicial para fixação dos limites da curatela em face de Joana.
 - (E) outorga de procuração pública com definição de poderes do procurador.
-
90. A garantia de prioridade prevista no Estatuto do Idoso compreende, expressamente:
- (A) Prioridade no recebimento da restituição do Imposto de Renda e garantia de acesso à rede de serviços de assistência social.
 - (B) Prioridade especial aos maiores de setenta e cinco anos, atendendo-se suas necessidades sempre preferencialmente em relação aos demais idosos.
 - (C) Priorização do atendimento do idoso por instituições asilares, exceto daqueles que possuam condições de manutenção da própria sobrevivência.
 - (D) Capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de pediatria e hebiatria e na prestação de serviços aos idosos.
 - (E) Garantia de acesso à rede de serviços de educação e previdenciários locais e destinação privilegiada de recursos públicos.
-
91. Acerca do direito à saúde, o Estatuto do Idoso prevê, expressamente,
- (A) o atendimento ambulatorial agendado para expedição de laudo de saúde necessário para o gozo de isenção tributária.
 - (B) o atendimento especializado em instituição asilar para os idosos com deficiência ou com limitação incapacitante.
 - (C) a cobrança de valores diferenciados em planos de saúde em razão da idade, não se tratando de discriminação do idoso.
 - (D) o direito a acompanhante ao idoso internado ou em observação, em tempo integral, segundo o critério médico.
 - (E) a realização de triagem domiciliar social a idosos sem mobilidade, para elaboração de relatório gerontológico.



92. Sobre o enfrentamento da violência contra a pessoa idosa e seu direito de optar pelo tratamento de saúde, dispõe o Estatuto do Idoso, de forma expressa, que
- (A) os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária.
 - (B) estando o idoso sem condições de proceder à opção pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, essa será feita pelo médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato à Defensoria Pública.
 - (C) os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial, ao Poder Judiciário e ao Conselho Municipal de Assistência Social.
 - (D) os casos de suspeita ou confirmação de violência praticada contra idosos serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade policial, ao Ministério Públicos e à Defensoria Pública.
 - (E) estando o idoso sem condições de proceder à opção pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável, essa será feita por junta médica presidida pelo diretor do estabelecimento de saúde, quando ocorrer iminente risco de vida.

Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública

93. As Câmaras de Conciliação, Mediação e Arbitragem atuarão promovendo a solução extrajudicial dos litígios, visando à composição entre as pessoas em conflito de interesses, por meio de mediação, conciliação, arbitragem e demais técnicas de composição e administração de conflitos. Conforme previsão expressa da Lei Complementar nº 164/2010, são por um Defensor Público,
- (A) um Psicólogo, um Assistente Social, um Secretário de Gabinete, um estagiário de Direito, um estagiário de Psicologia e um estagiário de Serviço Social.
 - (B) um Analista Jurídico, dois Psicólogos, dois Assistentes Sociais, quatro estagiários de Direito, quatro estagiários de Psicologia e quatro estagiários de Serviço Social.
 - (C) um Psicólogo, um Assistente Social, um Mediador, um Conciliador, dois estagiários de Direito, dois estagiários de Psicologia e dois estagiários de Serviço Social.
 - (D) um Analista Jurídico, um Psicólogo, um Assistente Social, dois Mediadores, dois estagiários de Psicologia e dois estagiários de Serviço Social.
 - (E) um Analista Jurídico, um Psicólogo, um Assistente Social, um Secretário de Gabinete, dois estagiários de Direito, dois estagiários de Psicologia e dois estagiários de Serviço Social.

94. Considerando a organização da Defensoria Pública do Estado de Roraima, nos termos da Lei Complementar nº 164/2010, considere os seguintes itens:
- I. À Secretaria Geral compete coordenar o estágio forense.
 - II. A Ouvidoria Geral é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição.
 - III. A Subdefensoria Pública-Geral coordenará e supervisionará todos os serviços administrativos da Defensoria Pública do Estado.
 - IV. A Central de Relacionamento com o Cidadão é órgão de atuação ao qual compete prestar atendimento receptivo, por intermédio de central telefônica gratuita.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
 - (B) I e IV.
 - (C) I e II.
 - (D) I e III.
 - (E) II e III.
95. Acerca da composição do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de Roraima, nos termos da Lei Complementar nº 164/2010, os membros
- (A) eleitos são apenas três conselheiros integrantes das três categorias mais elevadas, escolhidos pelo voto direto, plurinomial, obrigatório e secreto dentre os membros da carreira.
 - (B) natos são apenas o Defensor Público-Geral, o Corregedor Geral e o Ouvidor Geral, sendo que o presidente da entidade de classe de maior representatividade terá assento.
 - (C) natos são apenas o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral e o Corregedor Geral, sendo que o presidente da entidade de classe de maior representatividade terá assento.
 - (D) eleitos são apenas quatro conselheiros integrantes das três categorias mais elevadas, escolhidos pelo voto direto, plurinomial, obrigatório e secreto dentre os membros da carreira.
 - (E) natos são apenas o Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral e o Ouvidor Geral, sendo que o presidente da entidade de classe de maior representatividade terá assento.



96. A Defensoria Pública do Estado de Roraima estabeleceu diversos critérios de análise da hipossuficiência por meio de Resoluções de seu Conselho Superior, consolidados na Resolução nº 42/2017. Nesse sentido, presume(m)-se necessitado/a(s):
- (A) pessoa natural que aufera renda familiar mensal não superior a quatro salários-mínimos mensais, desde que haja fator de exclusão social, como integrar núcleo familiar composto por mais de quatro membros.
 - (B) criança ou adolescente que, por se encontrar em vulnerabilidade social, apresente demanda em matéria de saúde e cujo núcleo familiar aufera renda familiar mensal não superior a quatro salários-mínimos.
 - (C) criança ou adolescente, institucionalizado ou acolhido pelo Poder Público, cuja vulnerabilidade econômico-financeira é revelada pela renda familiar inferior a quatro salários-mínimos.
 - (D) consumidores superendividados aptos a participar do Programa Superendividados, o que ensejará o afastamento da avaliação da renda descrita na Resolução nº 42/2017, por se encontrarem em vulnerabilidade social.
 - (E) pessoa natural integrante de núcleo familiar que não seja proprietária, titular de aquisição, herdeira, legatária ou usufrutuária de bens móveis, imóveis ou direitos, cujos valores ultrapassem a quantia equivalente 100 salários-mínimos.
-
97. Aos Centros de Apoio Operacional da Defensoria Pública do Estado de Roraima compete estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execuções que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns, assim como remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade. Nos termos da Lei Complementar nº 164/2010, trata-se de órgão
- (A) auxiliar.
 - (B) de administração superior.
 - (C) de execução.
 - (D) de atuação.
 - (E) de administração.
-
98. Consubstancia garantia atribuída aos membros das Defensorias Públicas dos Estados pela Lei Complementar nº 80/1994, a
- (A) vitaliciedade, que representa a garantia de que o membro da Instituição não sofrerá qualquer afastamento ou remoção de seu cargo em decorrência de sua atuação e sem a garantia do devido processo administrativo.
 - (B) estabilidade, a qual representa a garantia de que o membro da Instituição não sofrerá demissão em decorrência de sua atuação funcional, salvo pena disciplinar imposta após processo administrativo regular.
 - (C) inamovibilidade, a qual representa a garantia de que o Defensor Público não sofrerá demissão em decorrência de sua atuação e sem a garantia do devido processo administrativo disciplinar.
 - (D) prisão especial ou sala especial de Estado-Maior a Defensor Público preso em flagrante ou por ordem judicial.
 - (E) autonomia funcional, a qual representa a garantia de cada membro da Instituição empregar seus conhecimentos jurídicos de forma autônoma para a melhor defesa dos direitos do interessado, sem qualquer subordinação hierárquica.
-
99. Considerando o disposto expressamente no artigo 4º-A da Lei Complementar nº 80/1994, trata-se de direito dos assistidos da Defensoria Pública
- (A) a representação aos sistemas internacionais de proteção dos direitos humanos.
 - (B) a atuação de entidade conveniada quando verificada a existência de interesses colidentes.
 - (C) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo Defensor natural.
 - (D) o exercício do cargo de Defensor Público por membro da carreira.
 - (E) o acompanhamento em inquérito policial quando não constituir advogado.
-
100. Mauro Cappelletti e Bryant Garth identificaram no relatório geral do Projeto Florença três ondas renovatórias do acesso à justiça. Caracteriza(m) a segunda onda de acesso à justiça o(s) seguinte(s) tema(s):
- (A) organização de instituições de defesa criminal.
 - (B) sistemas de ações coletivas e interesses difusos.
 - (C) custas judiciais e oferecimento de assistência judiciária para pobres.
 - (D) estabelecimento de juizados especiais.
 - (E) necessidade de educação em direitos.